

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ata da Reunião de Instalação do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad
Realizada em 28 de novembro de 2011

1. Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e onze, às dez horas, na Sala de Retratos do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília - DF, reuniu-se o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – Conad para a Reunião de Instalação do Conad, sob a presidência do Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça e Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, José Eduardo Cardozo e coordenada pela Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretária-Executiva do Conad, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte. Presentes os Conselheiros Titulares: Cátia Betânia Chagas, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (Senad/MJ); Everton Frask Lucero, representante do Ministério das Relações Exteriores; Aldo Zaiden Benvindo, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Waltoedson Dourado de Arruda, representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; Thadeu de Jesus e Silva Filho, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Dilson Porfírio Pinheiro Teles, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (COAF/MF); Darcy Izel Moreno, representante dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Glória Maria Perez, representantes do Meio Artístico; Raquel da Silva Barros, representante de Organizações do Terceiro Setor. Conselheiros Suplentes: Vladimir de Andrade Stempliuk, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; Antonio Francisco Cruvinel, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (COAF/MF); Roberta Salazar Uchôa, representante do Conselho Federal de Serviço Social; Ana Elisa Limeira, representante dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Marcos Magano Frota, representante do Meio Artístico; Francisco José Pereira de Lima e Laura Fracasso, representantes de Organizações do Terceiro Setor; e Francisco Cordeiro, representante do Ministério da Saúde.

Item 1 – ABERTURA – O Presidente do Conad iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos, em seguida, ressaltou a importância da transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, por força do Decreto nº 7.426, de 07 de janeiro de 2011. Logo após, fez uma breve explanação sobre a composição, atividades e o funcionamento da Senad e do Conad. Destacou

que o Conad é o órgão superior no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, tendo como função fundamental elaborar as políticas relativas às drogas. Neste sentido, mencionou contar com o apoio dos Conselheiros quanto a sugestões e acompanhamento do “Projeto Crack, é possível vencer”. Em seguida, expôs que a questão do tráfico de drogas é um problema mundial, não havendo diferença entre países produtores, países de trânsito e países de consumo. Após, comentou sobre a parceria entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa quanto ao controle do tráfico de drogas nas fronteiras brasileiras, bem como, da parceria entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde com vistas ao atendimento e a prevenção de usuários de drogas. Ressaltou sobre a necessidade da criação de leitos e da capacitação dos agentes de saúde “para além da atividade social possam vencer o preconceito”.

Item 2 - ASSINATURA DO TERMO DE POSSE - Em prosseguimento à pauta, o Presidente do Conad, deu posse aos conselheiros titulares e suplentes: Catia Betânia Chagas e Vladimir de Andrade Stempliuk, representantes da Senad/MJ, Everton Frask Lucero, representante do Ministério das Relações Exteriores; Antonio Francisco Cruvinel, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda; Roberta Salazar Uchôa representante do Conselho Federal de Serviço Social; Darcy Izel Moreno e Ana Elisa Limeira, representantes dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Glória Maria Perez e Marcos Magano Frota, representantes do Meio Artístico; Raquel da Silva Barros e Francisco José Pereira de Lima, representantes de Organizações do Terceiro Setor; Laura Fracasso, representante de Organizações do Terceiro Setor; Aldo Zaiden Benvindo, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Waltoedson Dourado de Arruda, representante da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e Thadeu de Jesus e Silva Filho, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Item 3 – A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte iniciou sua apresentação endossando as palavras do Presidente do Conad em relação à vinda da Senad para o Ministério da Justiça. Após, fez um breve histórico sobre o CONFEN, relatando as principais realizações do Conad, como por exemplo, a participação e a adesão do Brasil às convenções internacionais na área de drogas; a criação da Política Nacional Antidrogas; a criação da Secretaria e do Conselho Nacional Antidrogas, ambos vinculados à época ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o processo de realinhamento da Política Nacional Antidrogas – PNAD (2004) – dividido em três fases: Seminário Internacional; Fóruns Regionais e o Fórum Nacional sobre Drogas; a publicação da nova Política Nacional sobre Drogas (2005) e da Lei nº 11.343/2006. Em seguida, comentou que desde a aprovação da Política Nacional sobre Drogas – PNAD, a composição do Conselho foi revisada, ou seja, os Conselhos de Políticas sobre Drogas em qualquer dos níveis sejam Estaduais ou Municipais deverão ser normativos, de deliberação coletiva e especialmente paritário. Em seguida, apresentou a composição e as atribuições do Conad. Ainda em relação à atuação do Conad destacou a Resolução nº

5/2004, que dispõe sobre o uso religioso da Ayahuasca. Mencionou que a Resolução foi resultado de estudos e pesquisas realizadas durante mais de vinte anos por um grupo técnico de especialistas da comunidade científica. Comentou ainda que em 2009 o Colegiado aprovou por unanimidade o direito de expressão em relação à Marcha da Maconha. Continuando, ressaltou sobre a necessidade de se trabalhar cada vez mais para ter uma política pragmática, baseada em dados epidemiológicos, respeitando os direitos humanos e que garanta efetivamente a participação social. Finalizando, solicitou que a equipe técnica da Senad/Conad se apresentasse. Após passou a palavra ao Colegiado.

Item 4 – PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS - o Conselheiro Aldo Zaiden, cumprimentou a todos e agradeceu o convite mencionando ser uma honra fazer parte do Conselho. Enfatizou que a Secretaria de Direitos Humanos é o órgão da Presidência da República que trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos de forma intersetorial. Na qualidade de Coordenador-Geral de Saúde Mental e Combate à Tortura, lembrou que há neste momento um tema cuja participação da sociedade civil é muito importante: a “luta antimanicomial”. Em seguida fez menção a superlotação dos presídios e espaços de saúde mental que ocorre devido a falta de conhecimento da Lei nº 11.343/06, quanto à diferenciação entre usuário e traficante. Finalizando, ressaltou o quão importante será a participação da sociedade civil e do governo para que “o tratamento dos usuários de drogas não venham a descambar em excesso e violações de direitos humanos”.

4.1. Em complementação ao que foi apresentado pelo Conselheiro Aldo, a Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte destacou a parceria entre a Senad e a Sedh/PR em dois grandes momentos: na coordenação dos Fóruns Regionais no realinhamento da Política Nacional sobre Drogas – item relacionado aos Pressupostos da Política e nos embates entre a Senad, o Governo e o Congresso Nacional durante o processo Legislativo da aprovação da Lei de Drogas, ocorrido entre 2003 a 2006.

4.2 O Conselheiro Waltoedson Dourado de Arruda, cumprimentou a todos e apresentou-se como representante da Receita Federal do Brasil e Coordenador substituto da Coordenação de Vigilância e Repressão. Informou que a Receita Federal atua no enfrentamento do tráfico internacional de drogas e de substâncias ilícitas, no tráfico de animais silvestres, na proteção da fauna, dentre outras áreas. Comentou sobre os programas especiais de combate ao narcotráfico, destacando que a atividade principal da Receita Federal é a de fiscalização de mercadorias e não a de investigação. Ressaltou a importância da parceria entre a Receita Federal e a Polícia Federal na definição de ações integradas. Informou que a Receita Federal possui um plano para os próximos quatro anos de expansão da atividade de vigilância e repressão na faixa de fronteira e nos portos e aeroportos.

4.3 A Conselheira Darcy, representante dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas, cumprimentou a todos e em seguida fez um breve relato da sua atuação como **Presidenta do Conselho**

Estadual sobre Drogas do Estado do Amazonas, bem como explicou como os Conselhos Estaduais e Municipais funcionam no Brasil. Acrescentou que os Conselhos Estaduais atuam diretamente com as políticas de saúde do estado e do município, estimulando as atividades voltadas para a recuperação de dependentes. Ressaltou que cabe ainda aos Conselhos atuar conforme preceitos da Política Nacional sobre Drogas e Política Nacional sobre o Álcool nos eixos: prevenção, tratamento, recuperação e redução de danos. Mencionou que dentre as dificuldades dos Conens destaca-se a implantação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas. Finalizando, informou que atualmente existe vinte e cinco Conselhos Estaduais ativos.

4.4 A Conselheira Glória Maria Perez, saudou a todos e apresentou-se como escritora de novelas e representante do Meio Artístico. Em seguida relatou sua experiência ao realizar pesquisa antropológica para o roteiro da novela “O Clone”. Explicou que durante vários meses manteve contato com psiquiatras, psicólogos, usuários e ex-usuários. Mencionou que em relação ao tema drogas abrirá espaços nas novelas, para possibilitar debates acerca de temas diversos, inclusive o das drogas. Finalizando, agradeceu a oportunidade de fazer parte do Colegiado.

4.5 O Conselheiro Marcos Frota apresentou-se, e em seguida, pontuando a fala da Conselheira Glória Perez sobre a reprise da novela “O Clone” comentou sobre a falta de sensibilidade do Governo em censurar a novela justamente nas questões relacionadas às drogas. Argumentou ser uma oportunidade da sociedade debater acerca do tema. Em seguida, mencionou sobre a campanha realizada em parceria com a Senad, “Eu vou ao Rock in sem Drogas”. Acrescentou que enquanto artista pode e deve contribuir utilizando sua imagem pública em campanhas, trabalhos e discussões voltada as questões das drogas de maneira ampla e consciente. Ressaltou, que o Conad não deve ser um Conselho formal e sim um Conselho provocativo, polêmico. Comentou que cabe a cada Conselheiro, com sua formação, com a sua maneira de ser, fazer jus ao Conselho com responsabilidade. Finalizando, reforçou que a classe artística está disposta a contribuir na mobilização, no despertar da espiritualidade e da reflexão dessa nova geração.

4.6 O Conselheiro Francisco Cordeiro apresentou-se como servidor da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde e, em seguida, pediu desculpas ao colegiado informando que teria que retirar-se, devido agenda no Ministério da Saúde. Reafirmou que continuará acompanhando as deliberações e trazendo subsídio ao Colegiado sobre o que existe de diretrizes, de princípios e pressupostos no Sistema Único de Saúde e na Política de Saúde Mental Brasileira.

4.7 A Conselheira Roberta Uchôa cumprimentou o Colegiado e apresentou-se como professora da Universidade Federal de Pernambuco. Comentou brevemente sobre seu trabalho como Consultora na Senad e sua participação no Grupo de Trabalho da Ayahuasca em 2006. Informou que o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS na ocasião da 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental, publicou uma posição contrária à imposição de internamento compulsório. Mencionou que a questão do crack

tem sido colocada de maneira equivocada. Discorda da opinião do Ministro da Saúde que colocou o problema como sendo uma epidemia. Afirmou ser uma questão importante para ser discutida, mas acrescentou que também há outras drogas lícitas, como o álcool, o tabaco e os medicamentos psicotrópicos, que causam danos mais graves a população e de uma forma epidêmica. Outra questão importante que o CFESS gostaria de debater é a abordagem para quem faz uso, abuso e para quem é dependente de substância psicoativas. O Conselho defende que estas pessoas tem direitos e que esses direitos devem ser garantidos através de políticas públicas de saúde, de assistência, de educação, de lazer, de esporte entre inúmeras outras políticas. Como o Conad tem membros de diferentes áreas públicas e segmentos da sociedade, ressaltou ser este o local para discussão com respeito à diversidade de idéias.

4.8 A Conselheira Raquel da Silva Barros apresentou-se como Psicóloga, Coordenadora da Organização Não Governamental Lua Nova (ONG) e do Centro de Informação Latino Americano para ações comunitárias sobre drogas, além de coordenadora de uma comunidade terapêutica. Iniciou sua fala destacando os avanços e retrocessos que ocorreram com relação às drogas, como por exemplo, a luta antimanicomial. Ressaltou a necessidade da reavaliação dos CAPS e SUS em relação ao atendimento de usuários de drogas, que hoje estão sob responsabilidade das Comunidades Terapêuticas.

4.9 A Conselheira Laura Fracasso cumprimentou os presentes e, em seguida, apresentou-se como representante de uma comunidade terapêutica. Destacou que considera um grande desafio a sua participação como membro do Conad. Ressaltou que aproveitará a oportunidade para apresentar ao Conselho o trabalho das comunidades terapêuticas. Sobre a luta antimanicomial ratificou a fala da Conselheira Raquel Barros, destacando a necessidade de mais interação entre as comunidades terapêuticas, no sentido de lutarem pelos direitos dos usuários e de seus familiares para que sejam tratados com dignidade. Relembrou que em 1998, no então Conselho Federal de Entorpecentes (Cofen), representantes de comunidades terapêuticas fizeram um manifesto para que fossem estabelecidas normas mínimas de funcionamento dessas instituições, tendo em vista o crescimento desenfreado de entidades que se intitulavam “comunidades terapêuticas”. Quanto à questão do internamento e tratamento compulsório de usuários de drogas, afirmou que estão ocorrendo equívocos, uma vez, que as comunidades terapêuticas não realizam internamentos compulsórios e sim internações voluntárias, sendo esse um dos pressupostos básicos de trabalho e de metodologia daquelas comunidades. Pontuou, que é preciso esclarecer o papel e trabalho das comunidades terapêuticas como sendo um trabalho comunitário, social, de saúde e de educação. Expôs que para um pleno funcionamento é preciso que esse trabalho esteja articulado com toda a rede para que, de fato, possa atender às necessidades das pessoas que estão precisando de outros serviços, não só da comunidade terapêutica.

4.10 O Conselheiro Francisco José Pereira de Lima cumprimentou a todos e, em seguida, discorreu sobre a entrega do documentário intitulado “Falcão, Meninos do tráfico” ao, então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, no qual alertava sobre uma provável incidência do crack nos anos de 2002 e 2003 e sobre a percepção do deslocamento dessa droga do Estado de São Paulo para outras localidades do Brasil. Manifestou sua preocupação quanto à imagem veiculada pela imprensa sobre o crack, acrescentou que devido a falta de informações a imprensa muitas vezes divulga o uso do crack, como a droga do susto e do terror, levando o poder público a imaginar que deve reagir colocando mais polícia nas ruas ou abrindo vagas nas clínicas de forma aleatória, como se ações isoladas funcionassem. Colocou que não há como tratar o problema sob uma ótica de planilhas ou como se os dependentes químicos fossem pacotes, números. Acrescentou que “isso não funciona, é preciso conhecer e estudar o problema, não há uma receita pronta. Os usuários usam a droga porque obtém prazer. O crack além de um problema é um desafio, pois as pessoas estão procurando prazer, viagens. Acredito ser o momento de atuar de maneira diversificada, de se montar uma rede. Essa ação poderá ajudar a tirar essa pedra do caminho”. Finalizando, a Secretária-Executiva do Conad, Paulina Duarte informou a Central Única das Favelas está participando da realização da pesquisa sobre o crack junto com Fiocruz/Senad.

4.11 O Conselheiro Everton Frask Lucero cumprimentou o colegiado e expressou sua satisfação em fazer parte do Conad. Apresentou-se como Diplomata de Carreira do Ministério das Relações Exteriores, informando que há dois meses assumiu o cargo de Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, atuando nas áreas do tráfico de drogas, de pessoas, de armas, contra a corrupção, combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, da pirataria, entre outros crimes transnacionais. Destacou que nesse curto espaço de tempo como Coordenador-Geral pôde perceber que o problema das drogas adquire uma importância prioritária em relação a todos os demais crimes transnacionais, justamente pelo fato de que ele atua como umas das “*pontas de lança*” para que redes criminosas internacionais se estabeleçam e se financiem. Ressaltou que para enfrentar de fato os crimes como lavagem de dinheiro, tráfico de armas e a corrupção, é preciso dar atenção prioritária aos problemas das drogas, todavia, cabe lembrar que os problemas das drogas, de modo abrangente, não é somente o tráfico. Destacou que na condição de conselheiro representante do Ministério das Relações Exteriores oferecerá apoio na identificação de interlocutores e canais de cooperação internacional que sejam de fato interessantes para a pauta estabelecida pelo Conad. Em sua análise, a partir da definição dessa pauta, o Conselho poderá buscar parcerias internacionais, ou pela similaridade de situações ou por interesses convergentes, poderá também estimular a troca de experiências, ou seja, atuar em termos de ações conjuntas para enfrentar o problema. Enfatizou que essa ação será positiva, no sentido de evitar que o Conad fique meramente reativo a uma pauta internacional extensa nessa área, pois existe uma multiplicidade de órgãos, de instâncias, organismos e fóruns. Propôs trabalhar em conjunto com a Senad para que se tenha uma política externa sobre drogas com atenção especial na maneira como as nossas políticas brasileiras se apresentarão no plano externo.

4.12 Complementando a fala do Conselheiro Everton, a Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte informou que em 2009, foi realizado o Segmento de Alto Nível da 52ª Sessão da Comissão de Drogas das Nações Unidas, ocorrida em Viena, ocasião em que os países revisaram suas políticas sobre drogas a partir de “*um balanço*” sobre seus avanços nesse sentido. Destacou que o Conad teve papel relevante na elaboração e aprovação do discurso brasileiro apresentado pelo, então, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix, durante àquela reunião. Complementou informando que o Itamaraty colaborou na consecução do referido documento, elaborado a partir de consultas feitas à sociedade civil e de uma ampla discussão com a Secretaria de Direitos Humanos, dos Ministérios da Saúde, da Justiça, da Educação, com o Poder Legislativo, entre outros segmentos do Governo Federal. Destacou que o documento foi um divisor no que se refere à questão das drogas, pois, até então, a Comissão de Drogas da Organização das Nações Unidas (ONU) considerava tabu falar da atividade redução de danos de forma clara e objetiva. Sobre o assunto, a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas comprometeu-se a encaminhar cópias do expediente aos conselheiros do Conad.

4.13 Ao cumprimentar o colegiado o Conselheiro Thadeu de Jesus e Silva Filho apresentou-se como servidor da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, afirmando que a Senasp contribuirá com o Conad, notadamente no que tange à questão da Segurança Pública tendo em vista que essa vertente está diretamente voltada para a população. Esclareceu que o bojo das competências a Senasp possui uma tripla tarefa: a primeira focada na redução dos homicídios; já que o Brasil está no topo da lista dos países com maiores índices de homicídios do mundo. Pontuou que, embora as drogas não sejam a única causa responsável, tem participação nas estatísticas dessas taxas de homicídios; a segunda voltada para a Estratégia Nacional de Fronteiras e a terceira direcionada ao compromisso com a coleta dos registros estatísticos de danos. Encerrando sua fala, colocou a Senasp a disposição do Conad convidando o Conselho a participar dessa tripla tarefa.

4.14 O senhor Marcus Vinicius de Oliveira e Silva em nome do Conselho Federal de Psicologia - CFP saudou o colegiado e enalteceu a importância do Conad por sua missão institucional. Relatou que o CFP, acerca quinze anos passou a considerar o Conselho não como organização que pertence às categorias profissionais, mas como organização mantida pelas categorias profissionais a serviço da sociedade. Enfatizou que o CFP acredita que são esses profissionais que financiam, sustentam e pagam a existência do Conselho para que ele possa servir à sociedade. Esclareceu que o CFP não tem compromissos corporativistas, mas um compromisso com o desenvolvimento das ações que levam ao bem estar da sociedade brasileira e foi essa posição que levou o Conselho a incorporar em sua agenda o tema das drogas. Adiante informou que foi ele quem produziu os conteúdos e os argumentos para um vídeo intitulado “*Fora de Si*”, exibido numa série na emissora da TV Futura. Comprometeu-se em disponibilizar cópia do vídeo ao Colegiado. Complementou dizendo que o entendimento do CFP é sempre tratar a questão das drogas em consonância com o que preconiza os Direitos Humanos e a Cidadania. O outro debate que faz parte da plataforma do CFP é a reforma psiquiátrica brasileira.

Comentou que em relação ao tratamento, o CAPS III e o Sistema Único de Saúde tem deixado a desejar. Complementou, colocando que o recurso deveria oferecer atendimento 24 horas. Em relação às Comunidades Terapêuticas colocou que o CFP reconhece seu valor mas teme que sejam incluídas como equipamentos de saúde dentro do SUS. Informou que naquela data, o CFP estará lançando um relatório de inspeções em parceria com o Ministério Público em todo o País. Sessenta unidades serão escolhidas aleatoriamente, com vistas a checar o tema dos Direitos Humanos. Agradeceu a oportunidade de se dirigir ao Conselho e colocou que espera que o CFP possa estar formalmente tomado assento à próxima reunião.

4.15 O Conselheiro Aldo Zaiden comentou que existe uma pauta internacional levada a cabo pela Secretaria de Direitos Humanos sobre a questão da super lotação e tortura. Informou que recentemente o Sub-Comitê de Prevenção e Combate à Tortura da ONU esteve no Brasil fazendo visita aos presídios com o intuito de recolher imperfeições sobre a situação da tortura no Brasil. Comentou que as principais denúncias colhidas junto à sociedade civil foram das instituições psiquiátricas, hospitais psiquiátricos de custódia e comunidades terapêuticas. Destacou que estes fatos causam desconforto mas, é através destas denúncias que a Secretaria de Direitos Humanos pode trazer dados para discussão no Colegiado.

4.16 A Conselheira Roberta Uchôa expôs sobre a necessidade de se discutir crimes cibernéticos, tráfico de pessoas, armas, dentre outros temas. Informou que existe um documento de 2009 das Nações Unidas que fala da necessidade de se discutir sobre os custos econômicos na área de tráficos de pessoas, de armas e de drogas. Acrescentou que não só as Nações Unidas, mas o Banco Mundial, tem documentos que mostram como o uso das drogas, os transtornos psiquiátricos, a depressão e outras ansiedades, são hoje uma das causas que mais dão prejuízos financeiros para a sociedade. Sugeriu fazer uma articulação do Conad com a área social que engloba: saúde, educação, cultura e economia.

4.17 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte, complementando a fala da Conselheira Roberta Uchoa colocou que o custo social das drogas é uma preocupação do Governo, acredita que poderia ser formado um grupo para estudar o assunto. Sugeriu trazer o tema como pauta na primeira reunião e viabilizar a vinda de especialistas convidados de outros órgãos do Governo e também da Academia e de outras Instituições que possam contribuir. A título de informações comunicou ao Colegiado que a Senad está realizando um censo das comunidades terapêuticas em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com as Federações de Comunidade Terapêuticas. Em breve a Senad apresentará os resultados para discussão do Colegiado. Em seguida, comentou que a Senad tem sido chamada freqüentemente a dar parecer sobre campanhas de prevenção ao uso de drogas a serem vinculadas na TV ou no rádio. Mencionou que seria interessante que fosse formado um Grupo no Conad para definir diretrizes destas campanhas. Inscreveram-se: Aldo Zaiden Benvindo; Roberta Uchôa; Darcy Moreno; Raquel Barros; Marcus Vinicius; Francisco Cordeiro. Finalizando, a Secretária

Executiva, Paulina Duarte informou que em conversa com o Ministro o Conad sugere a realização de no mínimo duas reuniões por semestre.

4.18 O Conselheiro Everton Frask sugeriu que o Colegiado possa encaminhar via e-mail sugestões de pauta, bem como, possa encaminhar e discutir entre si propostas e apresentá-las, posteriormente, no sentido de se constituir grupos de trabalhos temáticos, bem como debater as propostas apresentadas.

4.19 A Conselheira Roberta Uchôa sugeriu que se possível às reuniões ocorressem nas segundas e terças-feiras, em virtude do calendário de aulas assumido como professora da Universidade Federal de Pernambuco.

4.20 Sobre o assunto, a Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte lembrou que o calendário das reuniões dependerá, inicialmente, da agenda do Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, pois embora não seja possível sua permanência em tempo integral, o Presidente do Conad faz questão de estar presente para a abertura e/ou fechamento dos trabalhos. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

José Eduardo Cardozo
Presidente do Conad

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e
Secretaria Executiva do Conad

Titular: Cátia Betânia Chagas
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Suplente: Vladimir de Andrade Stempliuk
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Titular: Darcy Izel Moreno
Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas

Suplente: Ana Elisa Limeira
Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas

Titular: Dílson Porfírio Pinheiro Teles
Conselho de Controle de Atividades Financeira/MF

Suplente: Antonio Francisco Cruvinel
Conselho de Controle de Atividades Financeira/MF

Titular: Everton Frask Lucero
Ministério das Relações Exteriores

Titular: Glória Maria Ferrante Perez
Meio Artístico

Suplente: Marcos Magano Frota
Meio Artístico

Titular: Raquel Silva Barros
Organizações do Terceiro Setor

Titular: Waltoedson Dourado de Arruda
Secretaria da Receita Federal/MF

Titular: Thadeu de Jesus e Silva Filho
SENASP/MJ

Marcus Vinicius de Oliveira e Silva
Conselho Federal de Psicologia - Observador

Suplente: Francisco Cordeiro
Ministério da Saúde

Suplente: Francisco José Pereira de Lima
Organizações do Terceiro Setor

Suplente: Laura Fracasso
Organizações do Terceiro Setor

Suplente: Roberta Salazar Uchoa
Conselho Federal de Serviço Social

Suplente: Aldo Zaiden Benvindo
Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/PR

